



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB

FRANCISCO TIAGO GUEDES BITU

**REGIMENTO E PROJETO POLÍTICO DA ESCOLA COMO INSTRUMENTOS DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

PATOS/PB

2019

FRANCISCO TIAGOGUEDES BITU

**REGIMENTO E PROJETO POLÍTICO DA ESCOLA COMO INSTRUMENTOS DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado como requisito para o Curso de Graduação em Pedagogia (PAFOR/CAPES/UEPB) da Universidade Estadual de Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Polo de Patos/PB, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Me Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva

PATOS – PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B624r Bitu, Francisco Tiago Guedes.

Regimento e projeto político da escola como instrumentos de gestão democrática [manuscrito] / Francisco Tiago Guedes Bitu. - 2019.

13 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Patos , 2019.

"Orientação: Profa. Ma. Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva, UECE - Universidade Estadual do Ceará."

1. Regimento interno. 2. Gestão escolar. 3. Comunidade escolar e leis. I. Título

FRANCISCO TIAGO GUEDES BITU

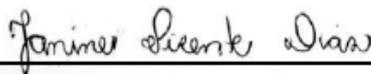
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-Relatório) apresentado como requisito para o Curso de Graduação em Pedagogia (PAFOR/CAPES/UEPB) da Universidade Estadual de Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Polo de Patos/PB, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 07/06/2019.

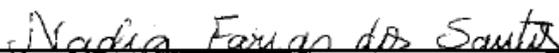
BANCA EXAMINADORA



Profª Ma.:Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª Dra Janine Vicente Dias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª Ma. Nádia Farias dos Santos
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E SEUS INSTRUMENTOS	6
3 O ESTÁGIO COMO PESQUISA.....	8
3.1 O Estágio em Gestão Escolar	9
3.2 A vivência no estágio em gestão escolar.....	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	12

REGIMENTO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Francisco Tiago Guedes Bitu¹

franciscotiagoguedesbitu@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultante do projeto de intervenção realizado no Estágio em Gestão Escolar do Curso de Pedagogia. Teve como objetivo geral – Institucionalizar, através da elaboração, apresentação, discussão, apreciação, votação e publicação, o Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes do Município de São José de Espinharas PB. E os específicos, discutir sobre mecanismos e marcos legais da gestão escolar democrática e identificar a rotina de atividades da gestão escolar na escola pesquisada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que relata a experiência vivenciada na escola-campo de Estágio. As contribuições com a institucionalização do Regimento Escolar foram marco significativo para a instituição, cumprindo destacar a riqueza dialógica do processo, obedecendo os trâmites legais e com a efetiva participação da comunidade escolar. Dos marcos legais versando sobre a gestão escolar, a CF e a LDB destacam o princípio da gestão democrática dos sistemas de ensino, com vistas a garantir a participação, visando a construção coletiva da educação com qualidade como direito de todos. Constatamos ainda que, na realidade da escola pesquisada, há um acúmulo de obrigações dificultando ações coordenadas de planejamento e efetivação das funções de gestão escolar.

Palavras-chave: Regimento interno. Gestão escolar. Comunidade escolar e leis.

ABSTRACT

This article is the result of the intervention project carried out in the School Management Stage of the Pedagogy Course. Its main objective was to institutionalize, through the elaboration, presentation, discussion, evaluation, voting and publication, the School Regiment of the Municipal School of Primary Education Tenente Titico Gomes of the Municipality of São José de Espinhinhas PB. And the specifics, discuss about mechanisms and legal frameworks of democratic school management and identify the routine of school management activities in the school researched. It is a qualitative research that relates the experience lived in the school-field of Internship. The contributions with the institutionalization of the School Regiment were a significant milestone for the institution, highlighting the dialogic richness of the process, obeying the legal procedures and with the effective participation of the school community. Of the legal frameworks dealing with school management, the CF and LDB highlight the principle of democratic management of education systems, with a view to ensuring participation, aiming at the collective construction of quality education as a right of all. We also found that, in the reality of

¹ Professor da rede pública do Município e da rede pública do Estado, licenciando em Pedagogia.

the researched school, there is an accumulation of obligations, hampering coordinated actions of planning and carrying out the functions of school management.

Keywords: Internal regulations. School management. School community and laws..

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre os mecanismos de gestão escolar no contexto da educação democrática dando um enfoque no Regimento Escolar, que tem como fundamentos práticos a participação da comunidade escolar no esclarecimento dos seus direitos e deveres regimentais nos processos de discussão e tomada de decisão na elaboração do Regimento Escolar da Escola-campo de Estágio.

O trabalho na instituição teve como foco a elaboração do Regimento Escolar como atividade correlacionada ao Estágio Supervisionado em Gestão. A discussão desta temática e o relato de experiência socializado neste texto se articula a Linha de pesquisa Gestão escolar e cidadania do Curso de Pedagogia da UEPB/PARFOR/CAPES.

Em linhas gerais, sabemos que na maioria das escolas da região sertaneja deste estado não existe Regimento escolar, fato verificado na Escola-capo de Estágio na fase de pesquisa e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar do Curso de Pedagogia, detectando-se a necessidade da elaboração deste documento bem como da atualização do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Reitera-se, desse modo, que o interesse e a motivação em estudar o tema surgiram na disciplina de Estágio Supervisionado I tendo em vista que a escola-campo de Estágio não possuía o Regimento Escolar, oportunidade em que identificamos que também seria necessário não só a discussão de aspectos pertinentes a instituição, mas também uma orientação legal na elaboração dos artigos pertinentes a elaboração do referido documento.

Na atualidade, com a complexidade das obrigações escolares e as relações sociais e profissionais que nela se estabelecem, há uma necessidade clara de que direitos e deveres de cada membro da comunidade escolar sejam discutidos, estabelecidos e publicizados com intenção de auxiliar a rotina escolar, dirimindo conflitos de toda a natureza.

Considerando a importância desse instrumento de gestão, os seguintes questionamentos motivaram este estudo: Por que o Regimento Escolar é desconhecido por ela? Por que é lembrado apenas em situações de indisciplina? Que fatores contribuem para a produção dessa prática? Qual é a concepção de Regimento que a comunidade escolar tem? Em que grau ocorre sua participação na construção do documento? Finalmente, apresentaremos os resultados obtidos que é a elaboração do Regimento Escolar da Escola Tenente Titico Gomes.

Destes questionamentos, surgiram os objetivos da pesquisa, são eles: geral – Institucionalizar, através da elaboração, apresentação, discussão, apreciação, votação e publicação, o Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes do Município de São José de Espinharas PB. E os específicos que são discutir sobre mecanismos e marcos legais da gestão escolar democrática e identificar a rotina de atividades da gestão escolar na escola pesquisada.

Estudar essa temática apresenta grande importância porque tem a intenção de mobilizar a comunidade para o fato de que o Regimento Escolar abrange não somente a organização disciplinar da escola, mas também a organização administrativa e pedagógica, constituindo-se em um documento que contém muito mais do que o simples registro de normas dando significativa contribuição social para a escola. Além da contribuição formal e legal para a instituição também podemos destacar a importância de sua elaboração e discussão no processo de formação pedagógica para os profissionais da educação, dos quais professores e gestores são parte, como também para os demais membros da comunidade escolar.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa porque mostra o relato de experiência que se originou no componente Estágio Supervisionado I cujo trabalho foi elaborado tendo como base nos aspectos relativos a Educação na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, Marçal (2001) e Silva (2017). O texto está estruturado além desta seção introdutória em uma fundamentação sobre aspectos legais e cotidianos da gestão escolar e de seus instrumentos democráticos, da contextualização do Estágio na formação do Pedagogo, contendo relato da experiência vivenciada na escola-campo de Estágio, seguidas pelas considerações finais.

2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E SEUS INSTRUMENTOS

No cenário nacional, por intermédio de ações estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial exerce grande influência na política macroeconômica, direcionando e conformando a política educacional. Esta influência é direcionada para o fortalecimento das forças de mercado e para um Estado, cujos serviços devem estar condicionados pelos princípios das iniciativas.

Entretanto, embora sendo influenciadas por pressões externas as alterações na política educacional brasileira tem servido para que os sujeitos que fazem a educação e estão no dia a dia da escola tenham maior participação nas dinâmicas de suas instituições. Relacionando, especificamente sobre os mecanismos de gestão escolar é importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê em seu artigo 18 da LDB, a democratização da gestão se reduz a um ideal de orientação de atividades de escola e universidades e ao incentivo à participação da comunidade (BRASIL, 1996).

Um dos instrumentos que a LDB enfatiza como sendo parte da responsabilidade da Escola e do professor é a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, conforme preconizado no art. 12 (Incisos I, III e V) e 13 (Incisos I, II, IV e V) questões flexíveis como a da construção do PPP, ao lado de determinadas regras inegociáveis, porque associadas ao direito à educação, como o cumprimento dos dias letivos e das horas-aula e a garantia de recuperação para alunos com menor rendimento.

O direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei das Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, sendo um dever do Estado e da Família promovê-la. A finalidade da educação conforme o art. 205 da Constituição Federal “é o pleno desenvolvimento, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O Regimento Escolar bem como Projeto Político Pedagógico é uma conquista da escola, garantido na Lei 9.394/96 e através de sua discussão, elaboração e implementação de suas ações que se articulam, pode-se contribuir para a construção de uma relação sólida e respeitosa entre educando/educadores e comunidade/escola.

O projeto político pedagógico visa auxiliar o trabalho pedagógico, pois o mesmo se preocupa com a formação global do aluno no sentido de possibilitar-lhe o

acesso aos saberes social e cultural, buscando a realização de ações que promovam a construção de conhecimentos necessários para o exercício pleno de sua cidadania. Assim, pode-se entender que tem como uma de suas finalidades, além da expressa participação da comunidade escolar, melhorar as atividades escolares possibilitando o avanço na aprendizagem estudantil.

Isso porque uma das premissas que a escola busca, em geral, efetivar como uma intenção expressa no PPP é a garantia de uma educação de qualidade, embora tal feito seja um desafio no cenário nacional. As unidades evidenciam assim a necessidade de desenvolver conhecimentos e habilidades nas diversas áreas de conhecimentos evidenciadas nas matérias e currículos para que os estudantes possam efetivamente ter condições de se portar como sujeitos com capacidade de atuar e participar, construindo assim sua identidade como ser social.

Vê-se que os documentos da Escola, estruturam e organizam o funcionamento da instituição, esclarecendo as prioridades da instituição, bem como definindo papéis, obrigações. Cabe ressaltar, que no atual momento de tantas mudanças no cenário político, econômico, social e legal, faz-se necessário que todos participem do processo de reestruturação do ensino e façam uma adequação em busca de melhorias no ensino-aprendizagem, visto ser essa a principal responsabilidade da escola. E só é possível lograr êxito na melhoria da educação se houver melhoria no processo de aprendizagem, assim todos precisam estar comprometidos com a missão da instituição.

Acredita-se que através do Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, como destaca Silva (2017) a escola conquiste sua “autonomia”, entendida com a capacidade de governar-se, e dirigir-se, dentro de certos limites definidos pelas legislações e pelos órgãos do sistema educacional, ajudando os diversos atores a estabelecer, com responsabilidade, os caminhos que a escola escolha para percorrer.

Precisa ficar claro como destaca Marçal (2001, p. 50) que “A autonomia não equivale à soberania, pois a escola, ao construir sua autonomia, não se torna independente das outras esferas administrativas com as quais mantêm relação com o seu trabalho, sejam elas municipais, estaduais ou federais”.

Assim, como ressalta Marçal (2001) o projeto pedagógico possibilita, por meio do trabalho coletivo, a construção da identidade da Escola, explicitando os nortes que a instituição deve seguir e definindo o comprometimento dos sujeitos da

comunidade escolar, não só os docentes, estimulando uma visão comum e compartilhada da educação que se deseja na instituição, orientando-se no princípio da tomada de decisão coletiva, compartilhada, primando pela unidade da ação à medida que se consiga efetivamente o comprometimento de todos na ação pedagógica.

3 O ESTÁGIO COMO PESQUISA

O Estágio Supervisionado Obrigatório é componente nas formações acadêmicas, neste caso no do profissional em Pedagogia, um dos campos de estudo e de formação é a gestão escolar visto que não se pode exercer a gestão escolar sem o conhecimento mínimo tanto do âmbito da gestão quanto do pedagógico e até do financeiro, pois na realidade de muitas escolas brasileiras, sobretudo do sistema municipal de ensino, é o gestor escolar que tem que ter conhecimento e até acumular essas três funções tornando um trabalho além de muito importante e extrema necessidade para uma escola uma responsabilidade extra a esse gestor.

A realização desse Estágio sucedeu disciplinas voltadas para a compreensão desse campo de atuação do Pedagogo, nelas estudou-se e percebeu-se que existia uma grande carência nesse âmbito, sendo um deles a ausência do regimento escolar, projetos político-pedagógicos desatualizados e muitas vezes elaborados por pequenos grupos e não como recomenda a legislação. Parte desses problemas foi detectado na escola-campo e em acordo com a gestão da instituição, decidiu-se que a temática de intervenção dos estagiários seria contribuir com a elaboração o Regimento Escolar e, conseqüente, atualização do PPP.

Especificamente o componente de Estágio Supervisionado em Gestão Escolar possibilitou a investigação sobre elementos da gestão escolar, visto que a preparação para o Estágio se deu a partir de direcionamentos e instrumentos de pesquisa que deveriam ser aplicados aos membros gestores de creches ou escolas de Ensino Fundamental e orientar o processo de observação e discussão dos estagiários.

Realizamos observação direta da escola-campo com a finalidade de fazer a diagnose da instituição, das quais continham pontos sobre a estrutura física, a

dinâmica pedagógica e administrativa da instituição. Para este último ponto, buscou identificar os Instrumentos Políticos, Jurídicos e Representativos da Escola. Desse modo, aplicou-se questionários aos membros gestores da escola, bem como realizamos a análise de documentos, para, a posteriori, efetivarmos a intervenção e colaboração com a escola, produzindo o Regimento Escolar da Escola Municipal Tenente Titico Gomes.

Pode-se dizer assim que este é um trabalho de abordagem qualitativa de pesquisa, pois tem intenção não de mensurar ou quantificar dados e ocorrências, mas compreender processos marcados por questões subjetivas (MINAYO; GOMES, 2007). No caso deste estudo, como os sujeitos escolares vivem e se relacionam com a gestão escolar e seus instrumentos.

3.1 O Estágio em Gestão Escolar

O Estágio em Gestão Escolar ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes, localizada no município de São José de Espinharas. Esta instituição de ensino possui sede própria, recém-reformada e atende a um público de 253 educandos. Oferece acesso educacional aos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental tanto na modalidade regular como na modalidade CEJA.

A Escola, como tantas outras distribuídas pelo interior do estado da Paraíba, atende um público, no mínimo, desafiador. Composta por famílias de renda média baixa, baixa e abaixo desta faixa, que sobrevivem, em quase sua totalidade, por programas assistenciais oferecidos pelo Governo Federal, como, a citar, aposentadoria, pensões e Bolsa Família. Aproximadamente cerca de 70% dos discentes é proveniente de comunidades rurais municipais: sítios, fazendas ou assentamentos.

Nota-se que a gestão da instituição tem dificuldades também para realizar uma educação de melhor qualidade, devido ao fato de que muitas famílias não acompanham o desenvolvimento educacional dos seus filhos, seja por descaso ou por não possuir um grau de instrução capaz de oferecer suporte às atividades de casa. Este fato é um agravante a díade detectada e vivenciada na escola, repetência e evasão escolar.

No que se refere ao corpo docente da instituição é composto de 21 professores, com 20 especialistas na área e 01 com mestrado. A gestão da instituição é formada pelas funções de 01 diretora pedagoga e 01 vice-diretora com licenciatura em história. O núcleo gestor da instituição é efetivo, concursado como professor e com indicação política, sendo afastado das funções de professor no ato da posse de direção.

3.2 A vivência no estágio em gestão escolar

Sobre o tema Elaboração do Regimento Escolar no projeto político pedagógico da escola ocorrido na semana do dia 28 de agosto de 2017, até o dia 05 setembro de 2017, houve, inicialmente, a etapa diagnóstica relativa à estrutura pedagógica e administrativa da instituição, momento em que estávamos de posse de formulários para observação direta da instituição da Escola, assim como de outros itens que deveriam ser preenchidos juntamente com gestores e secretário escolar.

A gestão da instituição evidenciou que assume como princípio do trabalho realizado na escola a gestão escolar democrática, visto que como foi destacado pela gestora, é de fundamental importância a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas demandas surgidas no decorrer do tempo em toda a escola.

Em campo de Estágio, pudemos verificar como atividades mais frequentes dos gestores em sua rotina administrativa o acúmulo de diversas funções como a pedagógica, a administrativa, a financeira e em eventuais casos até de inspetoria técnica, surgindo a grande necessidade de dirimir as competências, direitos e deveres em um Regimento Escolar.

Sobre os Instrumentos Políticos, Jurídicos e Representativos da Escola, identificou-se que a instituição dispunha até a fase de campo do estudo de PDDE, Conselhos Escolares e Projeto Político da Escola atualizado em 2018 sendo decidida a partir dessa fase a extrema necessidade da escola ter Regimento escolar para somar melhoras, resolver conflitos e esclarecer direitos, deveres e competências de todos os membros da comunidade escolar.

Sobre essa análise dos documentos da instituição, identificou-se a desatualização do Projeto Político Pedagógico como também a falta de um Regimento Escolar. Motivo esses pelo quais a gestão da escola sinalizou a

importância de colaborarmos com a elaboração do Regimento, acertando-se esta como temática do processo de intervenção.

Considerando a necessidade encontrada no campo escolar, a intervenção teve o objetivo de elaborar, discutir, construir, apresentar a comunidade, e encaminhar a solicitação para publicar em Diário Oficial Municipal o Regimento Escolar.

Para a efetivação destes objetivos, passamos a descrever a metodologia utilizada junto a plenária:

Marcamos uma reunião inicial, envolvendo e reunindo toda a comunidade escolar com a apresentação de aspectos e estruturar que precisam ser contempladas em um Regimento Escolar, utilizando slides e data show. Na oportunidade, fizemos uma explanação sobre a relevância do Regimento Interno, destacando os aspectos legais do documento e a relação deste com o PPP da Escola, enfatizando-se a necessidade de a instituição ter um Regimento bem como a atualização deste em consonância com o Projeto Político Pedagógico. Em seguida, fizemos um levantamento dos conhecimentos e informações que aquela comunidade possuía sobre: a) os grupos de estudo enquanto metodologia visto que haviam pessoas leigas no grupo, pois seriam divididos em equipes para estudos e b) em relação ao levantamento documental realizado, procedimentos que permitiram a realização e a qualidade nos trabalhos.

Em sequência, ocorreu a leitura dos seguintes documentos: Diretrizes operacionais do Estado da Paraíba 2018, As Diretrizes operacionais do Município de São José de Espinharas PB e do projeto do regimento Interno que foi um esboço conduzido pelos debatedores com a participação da plenária. Nesse momento, ocorreu o debate em que os membros da comunidade se posicionaram fazendo perguntas, críticas, sugestões com a presença da professora orientadora da UEPB.

As sugestões dadas na plenária, eram discutidas e avaliadas, adicionadas textualmente à versão em construção do documento Regimento Interno da escola-campo de Estágio e Pesquisa.

Em momento posterior, a equipe se reuniu para leitura e ordenamento textual e jurídico das intervenções, construindo uma versão mais elaborada do documento do Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Titico Gomes no município de São José de Espinharas PB, apresentada ao núcleo gestor da escola no intuito de torná-lo público.

A realização da investigação, análise documental de que a escola dispunha, permitiu-nos entender, concluir e esclarecer que muitas vezes os membros gestores das instituições tem uma sobrecarga de demandas por exercerem atividades que a escola deveria de dispor de mais profissionais e suporte, assim o atendimento a inúmeras demandas que surgem no dia a dia da escola dificultam ações coordenadas de planejamento e efetivação das verdadeiras funções da gestão. Ademais, verificamos que a escola precisava atualizar documentos, a exemplo do Regimento Escolar como qual nos detivemos.

Os momentos de debate e elaboração do Regimento Escolar evidenciaram o desconhecimento por parte de membros da comunidade escolar componentes da plenária a respeito de direitos, deveres e competências dos profissionais das escolas, dos alunos e das famílias dos estudantes. Sendo todas estas especificidades elencadas no Regimento Escolar.

Vale ressaltar que a elaboração contou com a participação de todos os segmentos da educação sendo: pais, servidores administrativos, comunidade, professores, alunos, Conselho Escolar, Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar o que torna a escola mais democrática e com maior respaldo para exercer seu papel em consonância com o Regimento Escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que foi muito enriquecedor a oportunidade de ter participado da elaboração, apreciação, discussão, votação aprovação e solicitação da publicação do Regimento Escolar da escola em que exercemos a função de professor efetivo no componente curricular matemática, para os anos finais do Ensino Fundamental.

O relato da experiência contido neste trabalho, por sua vez, é fruto do Estágio do curso de Pedagogia e sabemos que o Estágio é uma etapa essencial a formação do professor, na sua área específica de formação e habilitação, adquire experiência, conhecimento, informações, valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade, possibilitando análise sobre sua ação como docente. Assim, podendo ser um instrumento capaz de contribuir para a formação de indivíduos capazes de apresentar instrumentos políticos, para reduzir diferenças e garantir direitos.

Do ponto de vista da escola-campo, as contribuições com a institucionalização do Regimento Escolar foram um marco, pois o processo foi muito rico e construído com todos os trâmites legais, garantindo a participação de toda a comunidade escolar como: Secretaria de Educação e Cultura, Conselho de Educação, Conselho Escolar, representante da administração municipal de São José de Espinharas-PB e de outros segmentos vinculados à comunidade.

Considerando os marcos legais para o assunto em questão, a CF estabelece a gestão democrática como princípio da gestão dos sistemas de ensino, com vista a garantir a participação, a construção coletiva da educação com qualidade como direito de todos, sendo que a LDB reforça tal princípio e estabelece a obrigatoriedade da escola e dos professores na elaboração de suas propostas pedagógicas.

Já para a rotina de atividades da gestão escolar na escola pesquisada, identificamos que as gestoras assumem obrigações as mais diversas para garantir o funcionamento da instituição, o que dificulta ações coordenadas de planejamento e efetivação das efetivas funções da gestão escolar.

Reitera-se, por fim, a experiência e conhecimentos adquiridos com a realização do trabalho como um marco tanto para vida e formação profissional da qual fazemos parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição: Art. 206. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza . **O desafio da pesquisa social**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-30.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; BAIROS, Mariângela Silveira. **Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar**: espaços para a construção de uma escola pública democrática. Disponível em: https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/2010310/mod_resource/content/2/PPP.pdf. Acesso: 10 e 16 de jun. 2017.